

Empreendimentos da Economia Popular Solidária: limites e desafios para ocupar mercados

Cristiane Betanho - crisbetanho@fagen.ufu.br
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Jose Eduardo Fernandes - eduambienta@gmail.com
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Eduardo Giarola - eduardogiarola@yahoo.com.br
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Elson de Oliveira Felice - elsonfelice2001@yahoo.com.br
Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários – Cieps/Proex/UFU

Área temática: 7. Gestão e Políticas Públicas

Resumo

Trabalhadores-empREENDEDORES da Economia Popular Solidária (EPS) têm um desafio comum: ocupar mercados, realizando seus produtos diretamente junto aos consumidores, prescindindo o uso de atravessadores. Superado o desafio, o valor agregado gerado pelo trabalho seria apropriado pelos trabalhadores, ao invés de sê-lo por terceiros. O objetivo deste trabalho é, a partir da reflexão sobre a realidade de grupos de que empreendem a partir da lógica da EPS, analisar os limites, as potencialidades e os desafios a enfrentar para que trabalhadores-empREENDEDORES possam construir, simultaneamente, oferta e demanda, ressignificando as relações de consumo. Para os pesquisadores, nesse processo, podem ser destacadas as relações solidárias envolvidas na produção das mercadorias como diferenciais para as ofertas, bem como no processo de troca ou venda do produto. A EPS, desde 2003, é uma Política de Estado. Desta forma, tem sido fomentada com ações que fazem sobressair o caráter transdisciplinar necessário à implementação da EPS para além de ser uma alternativa de geração de trabalho e renda e de redução da miséria: são imprescindíveis ações coordenadas para que se leve à compreensão do significado de empreender sob os princípios da EPS. Para que os limites sejam superados e os desafios sejam aproveitados, é necessária a construção de um processo emancipatório de formação para o trabalho, que aponte para a superação tecnicista e possibilite que os trabalhadores-empREENDEDORES transfiram e gerem conhecimento, e subordinem as tecnologias às suas necessidades, agregando valor para si, para seus pares e para a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Popular Solidária; Empreendimentos Econômicos Solidários; Mercados

1. Introdução

O movimento da Economia Popular Solidária (EPS) tem aproximadamente 30 anos. O início de sua disseminação se deu em meados década de 1980, quando parte das forças produtivas nacionais foram à pique. Na década de 1990, a incorporação de empresas brasileiras por organizações transnacionais, somada à redução de postos de trabalho devido a adoção de novas tecnologias, geraram alarmantes níveis de desemprego no campo e na cidade.

Parte da população não foi reabsorvida nas novas funções de trabalho criadas pelas novas tecnologias, dadas às limitadas oportunidades de requalificação. Foi nesse contexto que grupos de trabalhadores expurgados do mercado formal de trabalho, e grupos de nunca incluídos, buscaram juntar forças e empreender, aproveitando habilidades desenvolvidas ao longo da vida e buscando reduzir os riscos de investimento por meio da associação de esforços. É nesse contexto que se aprofunda, no Brasil, o estudo da Economia Solidária, uma corrente da economia cujo marco teórico encontra-se em construção e em disputa.

No centro desses acontecimentos, a inspiração desses grupos se dava nos princípios do associativismo e no cooperativismo. A denominação Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) é usada para diferenciar seu processo empreendedor, em que ao mesmo tempo os trabalhadores administram e produzem valor: são trabalhadores-empREENDEDORES.

Os trabalhadores que se envolvem na criação desses empreendimentos, em sua gestão e na produção e distribuição de valor para o mercado atual, em primeiro lugar, criam postos de trabalho para si próprios e depois buscam a geração de excedentes. Nessa perspectiva, os princípios da EPS e as características dos EES constituem-se uma proposta de caminho para se construir um modelo de sociedade, que seja sustentável e supere as relações da economia de mercado.

No entanto, tendo em vista a origem desses trabalhadores, a esmagadora maioria não tem conhecimentos sobre gestão e funcionamento mercados, portanto, essa inserção não é simples. Existem conhecimentos a serem apreendidos, não somente técnicos, mas também de cunho político, para evitar não somente a falência financeira dos EES, mas também a subsunção dos mesmos à economia de mercado.

Incubadoras são estruturas para apoiar trabalhadores-empREENDEDORES nessa dupla tarefa de resistência: à exclusão e à economia de mercado. Boa parte das Universidades Públicas no país abriga incubadoras de empreendimentos populares solidários, principalmente a partir 2003, quando a Economia Solidária passou a fazer parte do rol das áreas de ação para as políticas públicas de Estado. Atualmente, tem-se em vigor o 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), instituído no âmbito do Conselho Nacional de Economia Solidária, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), órgão especial do Ministério do Trabalho e Emprego. Nesse plano, tem-se a concertação de esforços entre EES, movimentos sociais, governo e organizações de apoio e fomento, como as incubadoras, como essencial para a ampliação da efetividade das políticas públicas em EPS, no que tange a formação, assessoramento técnico e desenvolvimento de tecnologias sociais.

O Cieps – Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários é a incubadora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), abrigado na Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX). A Missão do Cieps é “Promover a Economia Popular e Solidária, assessorando Coletivos Populares que gerem trabalho e renda dentro dos princípios da Economia Solidária por meio da indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão” (CIEPS, 2015). Esse assessoramento congrega equipe técnica da universidade, seus docentes e alunos, e ainda voluntários, com vistas a trazer melhoria às condições de vida dos

trabalhadores-empresendedores. O processo de incubação desenvolvido no Cieps tem, como objetivo de longo prazo, a busca da emancipação humana.

Em função do exposto, torna-se significativo abordar esse desenvolvimento sustentável, gerado por esses grupos sociais, a partir da reflexão sobre as teorias do valor, objetivo deste trabalho, que constitui resultado parcial do projeto “Apoio à continuidade dos processos de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na perspectiva da Extensão Universitária no município de Uberlândia e região do Triângulo Mineiro (MG)”, financiado pelo MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq.

2. Procedimentos Metodológicos

Metodologicamente, este trabalho é fruto da aplicação da Pesquisa Participativa e da Pesquisa-ação, que são a base metodológica do trabalho do Cieps e do projeto do qual este artigo é resultado parcial. A primeira é utilizada sistematicamente para traçar um panorama da realidade organizativa e de produção e comercialização enfrentada pelos empreendimentos incubados, enquanto que a pesquisa-ação visa ao desenvolvimento aplicação de programas de formação política e assessoramento técnico-administrativo em gestão para trabalhadores-empresendedores dos EES.

Etimologicamente, participar – ou *participare*, do latim – significa “tomar parte”. Para Rocha e Aguiar (2003), trata-se de metodologia de pesquisa que articula prática e teoria, sujeito e objeto, e seus resultados estão vinculados à tomada de consciência dos fatores envolvidos nas situações imediatas de vida e na participação coletiva para a mudança da ordem social de um agrupamento. Trata, portanto, da produção de conhecimentos orientada à realidade de grupos, não generalizável a populações, que podem viver realidades semelhantes, porém possuem elementos culturais e sócio-grupais específicos.

Segundo Thiollent (1997), a pesquisa participativa difere da pesquisa-ação porque a primeira, apesar do compromisso com a interação entre pesquisadores e pesquisados para o entendimento da situação pesquisada, nem sempre predispõe uma ação planejada, que já é típica da pesquisa-ação. Para o autor, uma das principais metas da pesquisa participativa é gerar conscientização sobre as situações. Bordenave (1985) enfatiza a idéia de que participar é decidir, intervir no planejamento, na execução e avaliação das ações. No caso dos grupos incubados, participar corresponde a uma perspectiva de conquista emancipatória coletiva. A partir desse pressuposto, no caso do trabalho desenvolvido pelo Cieps, a metodologia é utilizada com o objetivo de envolver os trabalhadores-empresendedores na tomada de conhecimento de sua realidade, uma ação coletiva que sugere tomar decisões coletivas.

Para El Andaloussi (2004), a *démarche* da pesquisa-ação possibilita abordar fenômenos da sociedade em sua complexidade, permitindo ainda a intervenção do pesquisador dentro de uma problemática social, em que os interessados tornam-se atores que, participando do desenvolvimento da ação, contribuem para produzir novos saberes. No caso concreto estudado no Cieps, a produção de saberes a respeito de como organizar de modo autogestionário pessoas, processos e comercialização a partir dos princípios da Economia Popular Solidária e buscar os melhores resultados possíveis nesses processos de troca, mantendo a visão de organizações e movimentos sociais de resistência à economia de mercado.

Como salienta Desroche (2006), os atores, de simples objeto de observação, explicações e interpretações, tornam-se sujeitos, partes atuantes da pesquisa, refletindo e descrevendo suas ações, propondo saídas para os problemas analisados, em co-autoria com pesquisadores.

De acordo com Thiollent (1997), em essência, a pesquisa-ação consiste em acoplar pesquisa e ação, formando um contexto em que todos os atores – pesquisadores e pesquisados –

participam, com a finalidade de elucidar a realidade em que estão inseridos e identificar problemas coletivos, e, interativamente, chegar a experimentações, com o fulcro de buscar soluções para a situação real identificada. A dimensão ativa do método consiste no planejamento de ações e na avaliação de seus resultados.

No contexto sócio-político, a pesquisa-ação necessita, para ser exitosa, esclarecer objetivos, implicações da ação e as condições de mobilização; isso requer uma cultura política aberta, despojada de dogmatismos, além de extremamente apegada à ética, promovendo um constante compromisso com a verdade e com a necessidade de que os atores se compreendam. Assim, a proposta da pesquisa-ação se distancia do uso gerencial sociotécnico para cooptação, já que não está posta a serviço do poder vigente.

A pesquisa-ação, necessariamente, precisa ser orientada para a interrogação e para a crítica. O caráter interrogativo se orienta na ênfase ao questionamento aos atores sobre a situação em que estão envolvidos; o caráter crítico se revela no ceticismo saudável quanto às explicações espontâneas dadas pelos atores e à busca de evidenciar aspectos problemáticos, em geral relacionados com interesses e conflitos. A combinação entre as modalidades de conhecimento (conhecer, acreditar, contrapor e outros) e de ação (querer, fazer, agir, mudar, lutar...) deixa claro o espaço da crítica e da relativização dos pontos de vista (THIOLLENT, 2006).

A pesquisa-ação é um esforço para aumentar o conhecimento e a consciência das pessoas e dos grupos envolvidos no processo. Entre as principais características da pesquisa-ação, destacam-se: a) possibilidade de criar soluções de futuro próximo desejadas pelos interessados; b) colaboração entre pesquisadores e clientes; c) desenvolvimento da capacidade de identificar e resolver problemas; d) geração de teoria fundamentada na ação; e) as relações e outros fatores são variáveis e não completamente previsíveis (THIOLLENT, 2006).

Os passos da pesquisa-ação, segundo Thiollent (1997), são quatro: Pesquisa Exploratória, em que se detectam os problemas, os atores, as capacidades de ação e os tipos possíveis de ação, por meio de diagnóstico interativo; Pesquisa Aprofundada ou Fase Principal, na qual a situação é pesquisada por meio de instrumentos de coleta de dados que são discutidos e interpretados pelos participantes; Ação, que consiste na difusão de resultados, definição de objetivos alcançáveis por meio de ações concretas e propostas negociáveis entre as partes; e Avaliação, cujo objetivo é observar, redirecionar e resgatar o conhecimento produzido no decorrer do processo. O autor assevera que as fases inicialmente são sequenciais, mas que, na prática, existe entre as três últimas uma interação, produzindo, ao mesmo, tempo pesquisa e ação.

A prática da ação do Cieps, o resultado da aplicação dos métodos apresentados neste tópico, será abordada e aprofundada na seção 4.

3. Fundamentação Teórica

Os denominados “mercados” são parte da conformação socioeconômica atual e do jargão corrente, a eles sendo atribuídos todas as benesses, e todos os males, da economia. No entanto, como salienta Polanyi (2000), os mercados existem desde a Idade da Pedra, mas seu papel era apenas incidental até o século XIX; ganhos e lucro não eram o centro da economia humana. A ordem na produção e na distribuição era garantida por meio de três princípios de comportamento indiretamente associados à economia: a reciprocidade, que se configura no dar e receber dádivas entre membros de grupos; a redistribuição, que consiste em confiar a responsabilidade de distribuir as riquezas produzidas a uma autoridade; e a domesticidade, que consiste na produção para uso próprio.

Padrões de institucionalização garantiam o cumprimento desses princípios de comportamento. A reciprocidade era sustentada pelo padrão da simetria, a personalização das trocas. A

centralidade fornecia um conduto para a coleta e armazenagem de bens para posterior redistribuição. Já o princípio da domesticidade podia ser manifestado em diversos núcleos institucionais: família, localidade, poder público, entre outros. Polanyi (2000) sustenta que todos os sistemas econômicos, até o final do feudalismo na Europa ocidental, foram organizados segundo esses princípios e suas formas de institucionalização, amparados por costumes, lei, magia e religião.

Os mercados adquiriram a importância que têm na atualidade a partir do século XIX, quando o paradigma econômico que, em meados do século XX, passou a ser chamado de “economia de mercado”, erigiu suas bases. Os mercados, antigamente locais de barganha, troca e permuta, foram transformados em uma instituição, designada para uma função específica. O princípio de mercado, e seu padrão de institucionalização – a troca, subverte as relações anteriores: ao invés de a economia estar inserida nas relações sociais, são essas que se inserem no ambiente econômico, sendo por ela moldadas (POLANYI, 2000).

Para que o princípio de mercado pudesse ser implantado com sucesso, todos os fatores de produção também necessitariam ser disponibilizados em mercados – uma economia de mercado somente pode funcionar em uma sociedade de mercado. Assim, além do dinheiro, terra e trabalho ganharam status de mercadorias, subordinando a própria substância da sociedade às leis do mercado (POLANYI, 2000). Nessa nova sociedade, emancipado o homem dos costumes, transcendência e tradições, o mercado é escolhido como mecanismo regulador porque permite ancorar as relações entre os indivíduos na esfera dos interesses. O interesse econômico seria dotado de um potencial pacificador; essa mão invisível garantiria o equilíbrio e a ordem (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). No entanto, as contradições práticas da economia de mercado mostram que o discurso se encontra bem longe da prática, o que reforça crítica ao modelo e a busca de alternativas para a superação do mesmo.

A fundamentação teórica deste artigo buscará refletir sobre a Economia Popular Solidária (EPS), uma abordagem crítica em relação à economia de mercado, e as implicações em termos de estratégias de gestão, comercialização e relacionamento social em que incorrem os trabalhadores que decidem criar e gerir organizações produtivas a partir dos princípios da EPS.

3.1 Economia Solidária e Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)

Para Polanyi (2000), Trabalho é apenas um nome de uma atividade que acompanha a própria vida humana. Tal atividade não pode ser mobilizada ou armazenada, sem afetar o indivíduo portador dessa “mercadoria”. Conforme afirma, “mão-de-obra é o termo técnico usado para os seres humanos, na medida em que não são empregadores, mas empregados” (POLANYI, 2000, p. 97).

No Brasil, como bem salienta Antunes (2004; 2006), o capitalismo brasileiro vivenciou, durante o século XX, principalmente a partir do getulismo, um verdadeiro processo de acumulação industrial. O padrão de acumulação estruturou-se por meio da superexploração da força de trabalho, organizada no tripé salários baixos, jornada de trabalho prolongada e forte intensidade do ritmo do labor. Os efeitos dessa acumulação sobre as condições materiais de vida do trabalhador brasileiro mostraram-se catastróficos na década de 1980, quando milhares de postos de trabalho foram fechados em função das crises econômicas e dos rearranjos obrigatórios à adequação das organizações aos ditames do capital internacional. Parte desses trabalhadores não foram reincluídos no mercado formal de trabalho, e desenvolveram práticas alternativas de geração de renda para seu sustento e de suas famílias, engrossando o exército de precários.

De acordo com Icaza e Tiriba (2003), a partir das últimas décadas do século XX, o termo economia popular vem sendo geralmente utilizado para referenciar as atividades desenvolvidas por aqueles que foram excluídos ou nunca conseguiram ingressar no mercado de trabalho, ou como atividades de complementação de renda. No entanto, a partir dos princípios da EPS, para as autoras, a prática da economia popular seria ressignificada, reconhecendo-se, além da existência de um saber popular em matéria econômica, o caráter de contraposição à lógica capitalista, posto que nega o emprego da força de trabalho como uma mercadoria. Assim, a EPS surge e se desenvolve articulando solidariedade e economia popular, sendo seu maior desafio superar o plano da reprodução simples, para atingir o de uma reprodução ampliada da vida em sociedade (EID *et al.*, 2006; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Superar o plano da reprodução simples das condições materiais de vida em sociedade é o desafio basilar dos trabalhadores que se envolvem na criação, na gestão, na produção e na reprodução de mercadorias a partir dos princípios da EPS, dado que, necessariamente, essa superação precisa se dar a partir da crítica das relações que se desenvolvem na economia de mercado. Se os EES apenas adotarem a base técnica do capitalismo, sem a devida crítica a seus princípios e resultados, acabam subsumidos à sula lógica. A experiência dos pesquisadores junto a grupos de trabalhadores-empresendedores, nos últimos 15 anos, evidencia uma série de armadilhas que precisam ser criticamente apreciadas, sob risco de perder os traços distintivos dos EES.

Uma dessas armadilhas é a ideia da competição. Para Lisboa (2003), a competição se encontra no próprio seio da EPS, quando ocorrem situações em que, existindo produtos similares dentro das redes, se fizer necessária uma escolha entre os mesmos. O autor salienta que a economia solidária existente se realiza no mercado, competindo no mercado. No entanto, se os EES não desenvolverem conhecimentos e condições tecnológicas, gerenciais e financeiras para construir relacionamentos solidários com a sociedade, conhecimentos e condições, devidamente mediados pelos princípios da EPS, acabarão subsumidos pela lógica capitalista.

Essa questão é premente e precisa ser devidamente refletida, dado o impacto sobre a própria existência da abordagem empresenedora solidária. Salienta Eid (2002) que abrir mão dos princípios solidários a favor da competição seria indicativo do não entendimento, por parte dos grupos de trabalhadores-empresenedores, desses princípios, portanto, não seriam EES. Refletir sobre as experiências práticas da EPS é importante para verificar se é possível, dentro do modo de produção capitalista, o surgimento e o crescimento de formas democráticas de organização do trabalho e da produção, superando a exploração do sobretrabalho e a expropriação da mais-valia. Nesse sentido, vale refletir sobre as teorias do valor e seus impactos na construção de trocas com a sociedade.

3.2 As teorias do Valor

Singer (2004), analisando as Teorias do Valor, reflete como as mesmas estão ligadas às lutas e às divergências da atualidade, profundamente inseridas à interpretação da vida social, da evolução da sociedade e dos rumos dessa evolução. Essas divergências ocorrem por conta das interpretações diferentes do que seria o valor gerado da atividade econômica.

A Teoria do Valor-Utilidade parte da relação entre as atividades humanas e suas fontes de satisfação – objetos e serviços, cuja utilidade para satisfazer necessidades depende da preferência subjetiva manifestada por cada indivíduo. Já a Teoria do Valor-Trabalho parte da ideia de que a atividade econômica é essencialmente coletiva, decorrente da divisão social do trabalho, na qual as pessoas desempenham funções diferentes, porém complementares. Marx (1985 p. 47) salienta: “deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias,

resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho” e, portanto de um processo social.

Singer (2004) pondera que a teoria do valor-utilidade explica o valor por meio da instituição mercado e, portanto, o valor é subjetivo, condicionado à lei da demanda e oferta; o comportamento econômico é um comportamento de mercado. Como salienta Marshall (1988), embora tenham sido as necessidades do homem que provocaram o aparecimento de atividades, nos estágios mais elevados, as novas atividades suscitam novas necessidades.

Já a teoria do valor-trabalho vê o valor como surgido na produção, portanto o trabalho não é encarado como algo negativo, mas uma atividade que afirma o homem enquanto ser humano, produtor social, indivíduo integrado na divisão social do trabalho (Marx, 1985). O excedente social é fixado de acordo com as escolhas de cada sociedade, fruto da produtividade da forma de trabalho, portanto é a iniciativa mais importante do grupo. Se existe sacrifício, como visto pela teoria do valor-utilidade, esse o é decidido e assumido coletivamente (Singer, 2004).

Percebe-se que o valor inerente à mercadoria é o valor do produto social, da atividade conjunta de todos os membros ativos da sociedade, e pode ser medido pelo tempo de trabalho social investido nos produtos ou serviços produzidos.

Nesse processo, para os EES, evidencia-se que o valor de troca assume outras dimensões que não somente o conjunto de características do produto em si: podem ser destacadas as relações solidárias envolvidas na produção das mercadorias como diferenciais para as ofertas, e isto é, ao mesmo tempo, um desafio e uma oportunidade para os trabalhadores-empresendedores. Por isso, os pesquisadores entendem como imprescindível aos EES o refletir, criticar e dominar os conhecimentos estratégicos de produção e comercialização relacionados a disciplina marketing para ocupar mercados a partir dos princípios da EPS. Esse assunto será desenvolvido na próxima seção.

3.3 Marketing e o processo de realização da mercadoria na EPS: o consumo crítico e solidário

A definição oficial mais recente (de 2007) da *American Marketing Association* (a entidade profissional mais representativa deste campo de conhecimento) afirma que marketing “é a atividade, conjunto de instituições e processos para criar, comunicar, entregar e trocar ofertas que possuem valor para os clientes, parceiros e a sociedade em geral” (AMA, 2007, *online*, tradução nossa).

Na prática, significa que o processo de realização de mercadorias é resultado de reflexões anteriores, em que as organizações buscam entender os ambientes com o quais podem fazer trocas, as necessidades e desejos dos grupos de clientes e os impactos do relacionamento com outras organizações, instituições públicas ou empresas privadas. Dessa reflexão, surgem oportunidades a aproveitar e ameaças a enfrentar. Essas ações, na prática, dão-se a partir da produção, comunicação e distribuição de ofertas a mercados almejados pelas organizações, portanto as organizações se materializam por meio de seus produtos e serviços e seus resultados (econômicos e sociais) são resultado do relacionamento de troca com os grupos de clientes escolhidos.

Na teoria mercadológica, pode-se orientar a construção da estratégia das organizações para a comercialização de produtos (orientação para vendas), para a produção em massa de produtos padronizados e sem distinção (orientação para produção), para a produção de itens especiais (orientação para o produto), ou para a satisfação dos interesses dos clientes escolhidos pelas organizações (orientação de marketing) (KOTLER e KELLER, 2012).

No entanto, nenhuma dessas orientações reflete os imperativos de uma sociedade que não enxerga os impactos das ações das empresas e dos clientes no longo prazo. O cliente pode

ficar satisfeito com uma comida calórica e saborosa, no entanto, sua saúde será afetada; o cliente pode sentir-se altamente recompensado quando consome cafés especiais em cápsulas, no entanto, essas embalagens impactam negativamente o meio ambiente. Essas considerações são alvo da orientação societal de marketing, que indica a necessidade de buscar equilibrar os objetivos conflitantes entre os grupos de interesse envolvidos no processo de produção e consumo, como satisfação, os imperativos ambientais e os imperativos econômicos (KOTLER, 2010).

Tendo em vista o caráter solidário e participativo dos empreendimentos pesquisados, destaca-se a orientação societal para analisar estratégias de marketing nos EES. Assim, é imprescindível discorrer brevemente sobre as práticas do consumo crítico, de origem nos movimentos ecológicos e de defesa do consumidor.

A lógica do consumo crítico torna o consumo um ato de cumplicidade, posto que vê a aquisição de um produto ou serviço como uma ratificação das estratégias da organização que o produziu; portanto, o ato de aquisição é antecedido por uma análise crítica dos produtos em oferta sob os prismas econômico, ético e ecológico (MANCINI, 2003).

Uma alternativa é o consumo de produtos produzidos por organizações solidárias, pertencentes a grupos de trabalhadores-empresários, o que adiciona outros elementos ao ato de consumo crítico. Existem cooperativas de consumo solidário, como a analisada por Pauli (2004), em que os consumidores buscam comprar, conjuntamente, produtos de melhor qualidade e preço, à luz do consumo crítico, solidário e coletivo. Esse tipo de consumo tem o condão de proporcionar que o conceito de sustentabilidade de Elkington (1997) (que indica que uma organização somente pode ser sustentável se equilibrar as demandas das dimensões econômica, social e ambiental) se manifeste no plano concreto.

Como ressaltam França Filho e Laville (2004), os EES têm um desafio inerente ao entendimento dos processos de produção e comercialização – a construção conjunta da oferta e da demanda. Se esse desafio for esquecido, corre-se o risco de descaracterizar o caráter solidário dos empreendimentos, reproduzindo as relações de subordinação ao sistema capitalista e sendo por ele subsumidas, ou aprisioná-los na esfera da economia popular, limitando os resultados ao plano da reprodução simples das condições de vida dos trabalhadores-empresários.

Assim, para demarcar conceitualmente as diferenças entre o processo de comercialização de empreendimentos capitalistas e solidários, ao invés de utilizar a expressão “realização da mercadoria”, falar-se-á, a partir daqui, em *inserção dos produtos no mercado*, com a finalidade de ressaltar as particularidades do processo de produção e relacionamento com os mercados para empreendimentos solidários.

Por isso, e tendo em vista a busca pela reflexão crítica das práticas de produção e reprodução de mercadorias da economia de mercado, que necessariamente deve ser buscada na EPS, os pesquisadores entendem que o movimento deve ser denominado “consumo crítico e solidário”. Os dois adjetivos são essenciais para entender as implicações das escolhas envolvidas nesse processo de produção e reprodução de valor junto à sociedade.

Dessa forma, os conhecimentos em marketing, a partir da orientação societal, mediados pelas concepções da teoria do valor-trabalho, podem ser a base da criação de uma perspectiva educativa crítica ligada ao consumo. Uma perspectiva que considere criticamente o processo de produção e consumo, que questione sua lógica e sua prática, para além da retórica desenvolvida pelas organizações da economia de mercado.

No entanto, os conhecimentos ligados a gestão, não somente marketing, mas produção e pessoas, não são de simples internalização pelos trabalhadores-empresários. Mais

importante ainda, de nada adianta capacitar tecnicamente os grupos sem a devida reflexão crítica sobre o modelo sociedade e de economia com o qual fazemos trocas. Sem essa crítica, não haverá resistência, apenas retórica, e por isso a importância do trabalho que pode ser desenvolvido pelas incubadoras. O trabalho do Cieps será alvo de reflexão da seção a seguir.

4. O Cieps e os limites e desafios dos empreendimentos incubados

O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps) é uma Incubadora que apoia organizações formadas por trabalhadores que desejam desenvolver sua atividade empreendedora a partir dos princípios da Economia Popular Solidária. Assim, torna-se importante entender a organização da incubadora e sua metodologia de trabalho antes de realizar a reflexão sobre os resultados e os desafios do processo de construção da capacidade de resistência por parte dos empreendimentos.

4.1 O Cieps

A estrutura do Cieps faz parte da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia, e foi criada em 2008 a partir de demanda popular apresentada ao Fórum de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis Olívia Calábria, instância de participação dos movimentos populares emancipatórios da classe trabalhadora na Universidade.

A população atendida pela incubadora é formada por trabalhadores-empresendedores ligados a segmentos da coleta seletiva de resíduos sólidos, arte-cultura popular e agricultura familiar camponesa. As demandas dos grupos de trabalhadores-empresendedores chegam ao Cieps a partir do que a equipe chama de “busca ativa”, quando existe procura por empreendimentos ou trabalhadores que desejem empreender, para incluí-los em projetos quando existem linhas de fomento; ou ainda a partir da “recepção de demandas”, forma mais usual, quando grupos procuram o Cieps e solicitam o processo de incubação. Ainda, existem empreendimentos para os quais a incubadora é indicada por instituições da sociedade e governo. Em todos os casos, as demandas dos trabalhadores-empresendedores são avaliadas em termos de viabilidade socioeconômica e técnica pela equipe de incubação, que busca apoio das unidades acadêmicas para suprir as necessidades dos grupos.

Considerando-se que a Economia Popular Solidária é uma Política de Estado desde 2003, tem sido fomentada com ações que fazem sobressair o caráter transdisciplinar necessário à implementação da EPS para além de ser uma alternativa de geração de trabalho e renda e de redução da miséria: são imprescindíveis ações coordenadas para que se leve à compreensão do significado de empreender sob os princípios da EPS (para o Cieps, assumidos no sentido amplo como a promoção do cooperativismo, da autogestão, da solidariedade e do acesso a direitos sociais).

Os trabalhadores-empresendedores incubados são estimulados a refletir sobre os impactos da prática desses princípios nos movimentos de cooperação e competição inerentes à ocupação de mercados para se assumirem como empresendedores da EPS. As ações do processo de incubação que tem sido construído pelo Cieps levam em consideração esse duplo papel – geração de trabalho e renda e construção de um modo de produção e de vida de resistência – e são organizadas em três fases, pré-incubação, incubação e pós-incubação.

Na pré-incubação, os trabalhadores-empresendedores são sensibilizados sobre as consequências de empreender, o que significa assumir riscos e aprender gestão, e dos significados do empreender a partir dos princípios da Economia Solidária, que traz impactos na organização interna do empreendimento – tomada de decisão, relacionamento interpessoal, gestão de recursos etc.. Os trabalhadores-empresendedores são motivados a trazer para o plano concreto suas expectativas, para que sejam formuladas a Missão, a Visão e os Valores do

empreendimento. Nessa fase, ainda são realizadas atividades de assessoria técnica que visam a analisar a viabilidade do negócio definido pelo grupo (viabilidade de mercado) e a configuração jurídica mais adequada. O objetivo é dar base para a criação do Plano de Sustentabilidade, foco da próxima fase do processo.

Na fase de Incubação, os empreendimentos concluem o Plano de Sustentabilidade, recebendo formação para indicar objetivos e planejar o caminho para atingi-los, refletindo sobre os recursos necessários para tanto. Esse processo de reflexão acontece primordialmente nos cursos, nas atividades ou encontros formativos, que são momentos provocativos no sentido de questionar as relações atuais da sociedade, buscando respostas a partir das experiências de vida de cada trabalhador, articuladas com os saberes que a academia tem acumulado.

Também recebem assistência técnica, agora com foco na implementação do planejado, de forma a garantir que as ações “saíam do papel” e que seus resultados sejam devidamente refletidos em termos de melhorias para o ciclo seguinte de tomada de decisão e também para garantir a transparência dos resultados para o quadro de trabalhadores-empresendedores envolvidos na ação. Nesta fase, afloram as contradições e os conflitos que são típicos da transição entre o modo de produção capitalista e a organização solidária, e esses conflitos são considerados relevantes e devidamente abordados no processo, de forma a garantir que os trabalhadores-empresendedores resistam e que o empreendimento possa passar pela fase de implantação, sempre a mais difícil.

Na fase de pós-incubação, os empreendimentos considerados maduros começam o processo de desligamento da estrutura de incubação. Aos poucos, a tomada de decisão passa de “assistida” para “acompanhada” pela equipe de incubação, isto é, estimula-se que os empreendimentos tomem suas decisões sozinhos, sem participação da incubadora, no entanto a estrutura fica à disposição para dúvidas e questionamentos. A ideia é dar segurança para que os trabalhadores-empresendedores manifestem sua autonomia, colocando em prática o que aprenderam, no entanto contando com a estrutura para situações em que ainda não se sintam confortáveis. Além disso, busca-se acompanhar os processos de transparência, a fim de apoiar que os empreendimentos continuem a manifestar-se a partir dos princípios da solidariedade. Essa situação perdura até o desligamento do empreendimento, quando termina o processo de incubação.

As fases do processo de incubação estão relacionadas aos passos da pesquisa-ação, que segundo Thiollent (1997), são quatro: Pesquisa Exploratória; Pesquisa Aprofundada ou Fase Principal; Ação; e Avaliação. A fase de pré-incubação compreende o passo da Pesquisa Exploratória; a fase de incubação compreende os passos de Pesquisa Aprofundada, Ação e Avaliação; e na fase de pós-incubação o passo da Avaliação é retomado e aprofundado, a fim de que os trabalhadores-empresendedores tornem-se conscientes de suas escolhas.

Todos os empreendimentos demandam assessoria na dimensão relacionamento humano e princípios solidários, de forma a aprofundar o espírito de grupo. Por outro lado, apreender conceitos relacionados à gestão – pessoas, processos, finanças, mercadologia – torna-se essencial para que os grupos possam se autogerir. No entanto, acima de tudo isso, precisam entender o mundo em que vivem.

4.2 Resultados, contradições, desafios...

De forma ampla, Economia é uma ciência social, que estuda os processos de produção, distribuição, acumulação e consumo de bens materiais. Portanto, entender Economia vai para além de estudar a decisão do que fazer com o dinheiro, como o leigo entende o termo. Tem-se, prioritariamente, que refletir que são grupos sociais que decidem o que será produzido e para quem será produzido, e por quem será consumido o resultado da produção. Essas

decisões acabam por indicar quais grupos são incluídos no processo, e quais ficarão à margem do mesmo. Assim, no processo de formação crítica em Economia Solidária, é necessário chamar a atenção para a realidade de que existe um processo de escolha, que leva em consideração os interesses de um grupo de pessoas, sem levar em consideração os interesses da sociedade como um todo. Existe intencionalidade nas decisões econômicas, isto é, quando se ouve a frase “o mercado é assim mesmo”, deve-se entender que essa afirmação é totalmente falsa. O mercado, a exclusão social, a concentração de riquezas, a exploração do trabalho, são resultados das escolhas dos grupos sociais que têm controle sobre o processo produtivo.

Durante o tempo de incubação, os empreendimentos são incentivados a refletir sobre a organização da economia e as contradições que terão que enfrentar para manter seus traços diferenciados, para escapar das armadilhas da retórica da economia de mercado. As organizações do mercado hegemônico se dizem social e ambientalmente responsáveis em seu discurso, no entanto, a simples comparação entre o crime ambiental praticado por empresa mineradora do estado de Minas Gerais e seu discurso em seu sítio da internet, indica que o discurso e a prática estão absolutamente desconectados. Se os EES querem ser diferentes, precisam agir diferentemente, e não ficar na esfera do discurso. Precisam, pensar e agir na Economia Popular Solidária, discursar e praticar. Solidariedade se realiza na prática, esse é o atual lema do Cieps (2015). Economia Popular Solidária é buscar Transformação, Ruptura, é a buscar coletivamente a Construção de práticas que sejam alternativas e concretas, transparentes e sustentáveis para uma sociedade justa e fraterna.

Em relação aos resultados da incubação na atualidade, os empreendimentos de coleta seletiva conseguiram estruturar minimamente sua capacidade de parcerias e têm conseguido espaços para coleta de materiais em organizações. A prefeitura comprometeu-se em relação a coleta no município, e entrega o material nas oficinas de triagem. Alguns empreendimentos atenderam a Chamada Pública da UFU, e retiram os materiais recicláveis dos campi de Uberlândia. No entanto, os empreendedores se ressentem da quantidade de lixo que segue com esses materiais, e ainda não conseguiram aproximar-se da população de forma a visibilizar seu trabalho. Em termos de comercialização, parte da produção acaba sendo entregue a atravessadores, que exploram os catadores. Em materiais como vidro e PET, a organização conjunta entre os empreendimentos têm possibilitado a venda direta aos recicladores, melhorando o retorno financeiro das atividades. No entanto, o preço de seus produtos ainda é ditado pelos compradores, portanto a exploração subsiste.

Os empreendimentos de agricultores têm enfrentado desafios também relacionados a coletivização de suas atividades. Uma das organizações conseguiu estruturar-se para comercializar sua produção para a merenda escolar das escolas municipais de Uberlândia e ganhou as licitações por dois anos seguidos. O maior trabalho tem sido apoiar os agricultores para a coletivização do processo decisório e na equidade dos ganhos e oportunidades, portanto os desafios estão ligados a entender e superar as contradições inerentes a viver em um mundo de trocas capitalistas.

Outra associação, produtora de hortifrutis orgânicos, comercializa cestas com kits de 13 itens de hortifrutis no porta-a-porta e em feiras de orgânicos, no entanto, os camponeses têm dificuldades de planejar de modo a produzirem coletivamente os itens que entregam nesses kits, reduzindo o trabalho individual de cuidar de mais itens de produção. Além disso, e mais preocupante, os camponeses vivem na tentação de “aderir” a modismos de mercado. Se os mesmos precificarem como os concorrentes capitalistas, para além do necessário à reprodução ampliada das condições de vida de seu grupo social, aproveitando a “onda” de consumidores que podem pagar mais por seus produtos, acabam estranhados de sua produção: a mesma se torna cara para ser consumida por si e pelos seus iguais. Essa é outra contradição a enfrentar:

para quem é destinada a produção? E a questão é alvo frequente de discussão com o grupo nos encontros de planejamento e formação.

No âmbito do projeto, também foram desenvolvidas pesquisas que buscam entender o comportamento dos consumidores de produtos orgânicos e qual o grau de conhecimento das pessoas em relação ao destino das embalagens dos produtos que consomem.

Em linhas gerais, os resultados apontam que a esfera da produção das mercadorias é invisível aos olhos do consumidor: como as relações humanas estão, na atualidade, ancoradas na esfera dos interesses e na satisfação hedônica dos desejos, as pessoas enxergam apenas o campo da reprodução das mercadorias (a comunicação e a comercialização), mas não a produção, portanto os produtores (de produtos e serviços) são sempre invisíveis. Essa constatação traz duas oportunidades: a de apresentar os produtores à sociedade e discutir o consumo crítico e solidário.

Na agroecologia, a teoria do valor-trabalho se mostra interessante fonte de reflexão para buscar a resignificação das relações com o mercado. A abolição do uso de agrotóxicos e adubos químicos, a busca do reequilíbrio dos ecossistemas, os cuidados humanos necessários ao ato produtivo mostram o quanto é o trabalho o centro da produção das mercadorias. E, sendo o trabalhador responsável por sua produção mesmo o empreendedor que coloca aquele alimento à disposição para o ato da troca, sem exploração de mais-valia no trabalho, sem prejudicar o equilíbrio ambiental, buscando o mercado local, portanto buscando os próximos para a comercialização, têm-se os argumentos para buscar o consumo crítico e solidário.

5. Considerações Finais

O marco teórico da Economia Popular Solidária encontra-se em construção e em disputa. Embora a ideia e a construção de uma forma diferente de relacionamento, que se contraponha à economia de mercado, tenha seu início embrionário nos movimentos sociais, há uma constante movimentação de princípios em discussão na sociedade. Assim, alguns segmentos conservadores têm buscado converter a ideia inicial, de transformação social, em um conjunto de soluções imediatistas de geração de trabalho e renda, numa lógica tamponadora das crises do capital. Usa-se o conceito de trabalho cooperado para gerar a impressão de que os trabalhadores são incluídos no processo de mercado, porém, não se altera a sua condição histórica de dependência. A inserção dos empreendimentos na lógica de distribuição das grandes redes e os empreendimentos que se prestam a assumir trabalho terceirizado, aliando-se às cadeias de integração agroindustriais na qualidade de produtores de matérias-primas, são exemplos dessa realidade de dependência. Essa inclusão é baseada em precarização das condições de trabalho, na flexibilização da legislação em favor da sobrevivência do empreendimento nas regras da lei de mercado.

Os princípios da EPS e as características dos EES constituem-se uma proposta de caminho para se construir um modelo de sociedade que seja sustentável e supere as relações da economia de mercado. Nessa perspectiva, as forças políticas e produtivas que de fato trabalham para construir uma alternativa à exploração e à exclusão produzida pela economia de mercado capitalista, continuam trilhando o caminho da superação das dependências e da conquista de emancipações, em contraposição às forças conservadoras e hegemônicas.

Torna-se significativo ressaltar que a EPS, desde 2003, é uma Política de Estado. Desta forma, tem sido fomentada com ações que fazem sobressair o caráter transdisciplinar necessário à implementação da EPS para além de ser uma alternativa de geração de trabalho e renda e de redução da miséria: são imprescindíveis ações coordenadas para que se leve à compreensão do significado de empreender sob os princípios da EPS.

Tendo em vista que os trabalhadores-empresendedores têm necessidades ligadas à sobrevivência familiar no dia a dia, o processo de sustentabilidade é essencial para assegurar que os ganhos financeiros mantenham a motivação empresenedora dos trabalhadores. Mas ao mesmo tempo, essa motivação precisa ser orientada para a forja de relações críticas em relação ao que já viveram e presenciaram. A resolução de conflitos precisa passar pelo questionamento das soluções apresentadas pela organização capitalista, e os trabalhadores-empresenedores precisam ter apoio para refletir a construção de outras opções, mais solidárias, de organização e solução de contradições.

Não se pode esquecer que esses empreendimentos vivem em ambientes capitalistas e com eles fazem trocas, e que os trabalhadores viveram com as construções de soluções de conflito de seus antigos ambientes profissionais, ou então são impactados por eles quando assistem aos meios de comunicação tradicionais, dado que a indústria do conteúdo é reprodutora desses padrões. Assim, os trabalhadores-empresenedores precisam de apoio para refletir sobre como solucionar problemas de relacionamento, produção e comercialização de forma solidária, entendendo as contradições que precisam enfrentar. E precisam ser apoiados para enfrentá-las, caso contrário apenas reproduzem as relações de exploração da economia capitalista.

O método de incubação do Cieps está em constante construção. Há uma percepção em relação à dependência econômica e que os empreendimentos devem superar em primeiro momento a questão da viabilidade financeira da atividade envolvida, por meio de projetos, e ao mesmo tempo em que as assessorias são realizadas e as ações de formação são executadas, e assim pretende-se que haja uma troca de saberes e de experiências que levem a outra concepção de mundo.

As relações solidárias entre os empreendimentos estão em processo de evolução lenta, mas positiva. Acontecem de forma pontual e somam uma forma de construção de princípios norteadores das ações dos trabalhadores-empresenedores. Um dos desafios é superar o assistencialismo, comportamento que está assimilado no subconsciente das pessoas. Portanto, também faz parte do processo de formação superar esse comportamento e transformá-lo em ações verdadeiramente solidárias.

É importante ressaltar que os trabalhadores envolvidos com o processo de incubação ainda são impactados diariamente por todos os instrumentos de reprodução do modo capitalista e inevitavelmente também reproduzem essas relações. O entendimento de competição é muito forte entre os empreendimentos que acreditam que, cada um ao seu modo, tem direito ao acesso a alguma política que o beneficie, talvez de forma intencional competindo com outro empreendimento afim. Com isso, acabam reproduzindo uma das mais cruéis regras do modo de produção capitalista, que é a concorrência a qualquer custo para vencer. É a máxima do mundo capitalista de que existem vencedores e perdedores.

Essa relação conflituosa acaba na prática empurrando os trabalhadores a atuarem juntos em determinados processos de comercialização. Na prática isso significa um avanço no sentido de que os trabalhadores estão percebendo que quando se juntam criam mais possibilidades, porém não significa que compreenderam a lógica do trabalho cooperado, necessária para caminhar para uma prática emancipatória, em todas as suas nuances. Muitos são os desafios colocados para o processo de incubação, e talvez o maior deles seja o de construir uma compreensão coletiva sobre a relação da história de marginalização de cada um dos seres sociais envolvidos, e o processo de resistência para superar o modelo que os colocou nessa situação.

É fundamental construir processos que facilitem a compreensão sobre o trabalho cooperado e as relações com redes solidárias, no sentido de estabelecer um caminho perene e factível para romper com o modelo que oprime e marginaliza os trabalhadores desde seus primórdios. As

ações cooperadas devem ser incentivadas e fortalecidas entre os empreendimentos incubados, e extrapolar o ambiente interno, criando meios para que essa relação se estenda também para a sociedade.

Os processos de formação para o trabalho são fundamentais para contribuir para a superação dessas contradições. Aliar dinâmicas que consigam fazer as mediações entre o conhecimento técnico, que deve ser dominado e subordinado aos interesses dos trabalhadores, e ao mesmo tempo associar práticas formativas que apontem para a tomada de consciência enquanto ser socialmente histórico, e que contemplem todas as necessidades humanas de acumular saberes para sua existência, são os desafios do processo de formação que se pretenda emancipatório, que aponte para a superação tecnicista e possibilite que os trabalhadores-empresendedores transfiram e gerem conhecimento, subordinem as tecnologias às suas necessidades, agregando valor para si, para seus pares e para a sociedade.

Referências

AMA. American Marketing Association. Resource Library. **Dictionary of Marketing Terms**. Documento eletrônico. Disponível em:

<<http://www.marketingpower.com/AboutAMA/Pages/DefinitionofMarketing.aspx>> acesso em 12dez2012.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização. In: ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BORDENAVE, Juan E.D. **O que é participação**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

CIEPS. Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários. (2015). **Site institucional**: <<http://www.cieps.proex.ufu.br/>> acesso em 12jan2016.

DESROCHE, Henri. Pesquisa-ação: dos projetos de autores aos projetos de atores e vice-versa. In: THIOLLENT, Michel (org.) **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: EDUFSCar, 2006.

EID, Farid (org). **Construindo uma economia solidária**. Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT. Campinas: Unicamp, 2002.

EID, Farid; PIMENTEL, Andréa H.B.; SEVERINO, Maico R.; SANTOS, Clarice. Cadeias produtivas sob controle de famílias cooperadas do MST-Brasil. Anais. **VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural – ALASRU**. Quito, Equador, 20-24/11, 2006.

EL ANDALOUSSI, Khalid. **Pesquisas-ações: ciência, desenvolvimento, democracia**. São Carlos: EDUFSCar, 2004.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business**. Oxford, UK: Capstone Publishing Ltd., 1997.

FRANÇA FILHO, Genauto C. e LAVILLE, Jean-Lois. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ICAZA, Ana M.S.; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: CATTANI, Antônio D. (org.) – **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 10ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. **Administração de Marketing**. 14ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2012.

LISBOA, Armando M. Mercado Solidário. In: CATTANI, Antônio D. (org.) – **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MANCE, Euclides A. Consumo solidário. In: CATTANI, A.D. (org.) – **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia** – tratado introdutório. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política – Volume I tomo 1. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

PAULI, Jandir. O consumo solidário na perspectiva da estruturação de redes. In PAULI, Jandir; ROSA, Enéias (org.) **Consumo Crítico, Solidário e Coletivo**. Passo Fundo: Clio Livros, 2004.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROCHA, Marisa L.; AGUIAR, Katia F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicol. cienc. prof.** vol.23, no.4 p.64-73, dez. 2003.

SINGER, Paul. Teorias do Valor. In: **Curso de Economia Política**. 17 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

THIOLLENT, Michel. Síntese e perspectivas. In: THIOLLENT, Michel (org.) **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: EDUFSCar, 2006.